



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Deputada Cibele Moura

PARECER N° 241/2019

PROCESSO N° 1871

RELATORA: DEPUTADA CIBELE MOURA

Referência : Projeto de Lei Ordinária nº 142, de 2019

Autor(a) : Deputado Léo Loureiro

Assunto : Projeto de Lei que concede, à pessoa com deficiência auditiva gestante, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, para acompanhar a consulta pré-natal e o trabalho de parto no âmbito do Estado de Alagoas

Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Projeto de Lei que concede, à pessoa com deficiência auditiva gestante, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, para acompanhar a consulta pré-natal e o trabalho de parto no âmbito do Estado de . Inconstitucionalidade formal. Violação à competência privativa do Governador do Estado de legislar (art. 86, §1º, II, "b" e "e", da Constituição do Estado de Alagoas). Parecer pelo não prosseguimento e arquivamento do processo legislativo.

1. Relatório.

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária apresentado nesta egrégia Casa Legislativa em 14/08/2019, de autoria do excelentíssimo senhor Deputado Léo Loureiro, que tem como objeto a concessão, à pessoa com deficiência auditiva gestante, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, para acompanhar a consulta pré-natal e o trabalho de parto no âmbito do Estado de Alagoas.

O referido projeto determina que *“os estabelecimentos públicos de saúde do Estado de Alagoas deverão garantir à pessoa com deficiência auditiva gestante, que assim solicitar, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para acompanhar a consulta pré-natal e o trabalho de parto.”*

Em sua justificativa, o texto aduz que *“desde o pré-natal, o intérprete irá contribuir para que a gestante se sinta mais segura, conseguindo se comunicar com toda a equipe médica. Em última análise, o paciente deve saber efetivamente o que está sendo feito durante os procedimentos médicos”*.

Por fim, o texto também traz a ideia de que *“o acolhimento digno da gestante com deficiência auditiva, com respeito e dignidade pelas equipes de saúde com a presença do intérprete em libras faz parte do processo de humanização. Do pré-natal ao parto, a mediação desse profissional contribuiu para que a gestante se sinta mais segura, porque consegue se comunicar com toda a equipe, ao mesmo tempo em que oferece maior segurança para os profissionais”*.



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Deputada Cibele Moura

Posto o breve relato, passo a fundamentar e opinar.

2. Fundamentação.

Embora seja louvável e necessária a preocupação em que o autor possui ao apresentar tal projeto, é necessário destacar que ele incide em inconstitucionalidade formal, uma vez que viola o art. 86, §1º, "b" e "e", da Constituição do Estado de Alagoas, que assegura a competência privativa que o Governador do Estado possui para legislar sobre matéria de organização de serviços públicos e atribuições de órgãos que compõem a administração pública estadual, a saber:

Art. 86. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

[...]

§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:

I – fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar;

II – disponham sobre:

[...]

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;

[...]

e) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, direta ou autárquica e fundacional pública;

Portanto, ao tornar obrigatória a concessão de tal direito, o projeto sob exame viola a competência privativa de legislar em matéria de organização dos serviços públicos e de fere a atribuição dos órgãos da administração pública estadual, visto que, em ambos os casos, estão inseridos os serviços dos estabelecimentos públicos de saúde. Por tal razão, vem à tona vício formal de iniciativa, o que acaba por inviabilizar o prosseguimento deste processo legislativo.

Em síntese, eram os fundamentos.

3. Conclusão.

Ante ao exposto, opino desfavoravelmente ao prosseguimento regular do projeto de lei sob exame, conquanto entendo presente inconstitucionalidade formal consubstanciadas pela violação à competência exclusiva do Governador do Estado para legislar sobre a organização dos serviços públicos e a atribuição dos órgãos que compõem a administração pública estadual, nos termos do art. 86, §1º, "b" e "e", da Constituição Estadual de Alagoas, razão pela qual indico seu imediato arquivamento.



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Deputada Cibele Moura
Maceió (AL), terça-feira, 24 de setembro de 2019.

Cibele Moura
PRESIDENTE

DEPUTADA ESTADUAL CIBELE MOURA

Elton
Para:
[Signature]
[Signature]

[Signature]